



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA

RESOLUÇÃO Nº: 46 / 2018
02ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 25.01.2018
PROCESSO DE RECURSO nº 1/2838/2016
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/201614383
RECORRENTE: CEJUL
RECORRIDO: MICREL BENFIO TÊXTIL LTDA
RELATOR: CONS. RICARDO VALENTE FILHO

EMENTA: EMENTA: OMISSÃO OU DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES ENTRE OS ARQUIVOS MAGNÉTICOS E OS DOCUMENTOS FISCAIS. O contribuinte omitiu ou informou dados divergentes na EFD – Escrituração Fiscal Digital referente às suas operações de entradas no exercício 2015. **Preliminar de Nulidade.** Incompatibilidade da prova com acusação no que tange aos valores. Prova evidentemente insubsistente para fundamentar a lavratura do Auto de Infração. **Nulidade Absoluta.** O ilícito não resta comprovado. Descumprimento de pressuposto processual. Preterição do direito de defesa do contribuinte, nos termos do art. 53, §3º do Decreto 25.468/99. **AUTUADO REVEL. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO NULO. REEXAME NECESSÁRIO. CÂMARA DECIDE PELA NULIDADE DO AUTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU.**

PALAVRAS CHAVES – MANUTENÇÃO DA DECISÃO – NULIDADE DO AUTO – VÍCIO FORMAL.

RELATÓRIO

Pauta-se a acusação fiscal pelo fato do contribuinte transmitir a Escrituração Fiscal Digital – EFD, com omissão de valores e dados divergentes dos constantes documentos fiscais, cotejadas com as informações repassadas pelos Fornecedores.

Laboratório Fiscal, Livro Registro de Entrada /EFD e Documentos Fiscais apresentados, no mês de abril/2015, conforme detalhamento na informação complementar e planilhas anexadas.

A multa aplicada pelo agente foi de R\$ 47.110,34 (quarenta e sete mil, cento e dez reais e trinta e quatro centavos), o auditor infere-se que a conduta do contribuinte infringiu os artigos 285, c/c 289 do Decreto nº. 24.569/97, o que gerou aplicação da pena prevista no art. 123, VIII, "L", da Lei nº. 12.670/96, alterada pela Lei nº. 13.418/2003.

A julgadora singular proferiu decisão pela nulidade do auto de infração, com a seguinte ementa:

"Omissão ou Divergências de Informações entre os arquivos magnéticos e os documentos fiscais. O contribuinte omitiu ou informou dados divergentes na EFD – Escrituração Fiscal Digital referente as suas operações de entradas no exercício de 2015. Preliminar de Nulidade. Incompatibilidade da prova com a acusação no que tange a valores. Prova evidentemente insubsistente para fundamentar a lavratura do auto de infração. Nulidade absoluta. O ilícito não resta comprovado. Descumprimento de pressuposto processual. Preterição do direito de defesa do contribuinte, nos termos do art. 53 § 3º do Dec. N. 25.468/99."

A Assessoria Processual Tributária emitiu parecer nº 227/2017 às fls. 26 à 29, sugerindo o conhecimento do Reexame Necessário, mas no mérito para negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão singular de nulidade do 1º grau.

A Procuradoria do Estado adotou o entendimento sugerido pela APT.

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

A empresa é acusada de omitir informações em arquivos magnéticos ou nestes informar dados divergentes dos documentos fiscais, vez que deixou de informar corretamente através da EFD – Escrituração Fiscal Digital enviada à SEFAZ as suas notas fiscais de entradas no exercício de 2015, o agente esclarece que em cruzamento de dados da EFD, das informações de fornecedores com os dados declarados pela empresa fiscalizada, levantadas pelas informações repassadas pelo Laboratório Fiscal, juntamente com os documentos apresentados, além dos dados informados em seu Livro Registro de Entradas, verificou que o contribuinte recebeu mercadorias e serviços e não informou em sua EFD as respectivas notas fiscais de entrada, cuja emissão foi confirmada no sistema Nota Fiscal Eletrônica da Receita Federal.

No auto de infração a autoridade fiscal relata o seguinte:

O CONTRIBUINTE APRESENTOU NA EFD INFORMACOES DIVERGENTES DAQUELAS ENCONTRADAS NA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL, COTEJADAS COM INFORMAÇÕES REPASSADAS PELO LABORATORIO FISCAL. MAIOR DETALHAMENTO VIDE PLANILHAS E INFORMACOES COMPLEMENTARES.

Logo, em relação ao crédito tributário lançado na peça de início e demonstrado nas Informações Complementares este apresenta a seguinte composição, Base de Cálculo – R\$ 942.206,84 gerando a Multa (5%) – R\$ 47.110,34.

Examinando a planilha constante as Fls. 12, que segundo o fiscal foi repassada pelo laboratório fiscal, verifica-se que o valor das entradas declaradas na EFD é “zero” e o das NFe de Entradas totalizam R\$ 192.868,11.

Por meio de uma análise superficial se percebe de imediato que o total da Planilha é incompatível com o da acusação, de mais a mais também constatei que não há qualquer outro documento anexo ao processo, não há como se efetuar o confronto de informações a fim de verificar qual o valor correto, se o lançado ou se o constante do relatório, desta feita, podemos afirmar que a prova acostada não se refere à acusação, portanto, torna-se insubsistente para fundamentar a lavratura do Auto de Infração.

Diante da falta de precisão na acusação, no que tange aos valores divergentes das entradas informados na EFD, não há como se ter certeza do valor a ser considerado para o cálculo da multa, se o lançado no auto de infração (R\$ 942.206,84) ou se o constante da Planilha “EFD Dados Divergentes Entradas” de fls. 12 (R\$ 192.868,11), assim, o ilícito não resta plenamente comprovado ante a ausência de provas inquestionáveis da acusação formulada contra a autuada, ante as evidências de inconsistências e de incompatibilidade da prova com a acusação no que tange aos valores, de onde se infere que o trabalho fiscal está comprometido, não se prestando para embasar a autuação.

Devemos lembrar que a atividade administrativa de lançamento do crédito tributário é plenamente vinculada, assim, o agente do Fisco possui o dever de sujeitar-se às disposições legais, sob pena da sua inobservância viciar irremediavelmente o ato praticado, e nessa linha entendo que diante do caso aqui analisado o levantamento utilizado como prova não é suficiente para caracterizar a materialidade do fato, haja vista que o total da planilha é incompatível com o da acusação, não restando comprovado o ilícito apontado.

Este julgador levanta ainda o questionamento de que estamos diante de uma manifesta insegurança jurídica em decorrência da falta de elementos suficientes para se determinar a infração, entendo que o lançamento apresenta falhas na apuração da efetiva ocorrência do ilícito fiscal, ensejando a decretação de sua nulidade, nos termos do artigo 83 da Lei 15.614/2014, vejamos:



“Art. 83 – São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.”.

Com a existência de tal dúvida, não possuo condições de afirmar com segurança a existência da irregularidade evidenciada, os autos não possuem elementos probatórios o bastante para afirmar com segurança se a empresa cometeu ou não a infração nos valores lançados no auto de infração, o que impossibilita ainda de apreciar o mérito, devendo ser declarada a nulidade absoluta do feito fiscal.

Pelo exposto, decido pela NULIDADE do presente Auto de Infração em virtude da preterição do direito de defesa do contribuinte, na forma do art. 53, § 3º do Decreto 25.468/99, por ser a prova, sobre a qual se fundamentou a acusação, evidentemente insubsistente.

Diante de todo o exposto, adotando fielmente as razões apresentadas pela Assessoria Processual Tributária, bem como da Julgadora do 1º grau, também da Procuradoria Geral do Estado, firme do meu convencimento, e em virtude da preterição do direito de defesa do contribuinte, na forma do art. 53, § 3º do Decreto 25.468/99, por ser a prova, sobre a qual se fundamentou a acusação, evidentemente insubsistente, concluo meu voto **pelo conhecimento do REEXAME NECESSÁRIO, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão do 1º grau, que julgou pela NULIDADE POR VÍCIO FORMAL.**

DECISÃO

Processo de Recurso Nº 1/2838/2016 – Auto de Infração: 1/201614383. RECORRENTE: Célula de Julgamento de 1ª Instância. RECORRIDO: MICREL BENFIO TÊXTIL LTDA. Relator: Conselheiro RICARDO VALENTE FILHO. Decisão: A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário interposto. Por ocasião dos debates, o Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl, fundamentado no art. 54, da lei nº 15.614/2017, sugeriu que a Agente Fiscal autuante fosse intimada para apresentar documentação que justifique a origem do valor do Lançamento da Base de Cálculo da presente autuação. Posta em votação, a proposição foi rejeitada por maioria de votos, sendo voto vencido o Conselheiro proponente. No mérito, a 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por maioria de votos, negar provimento ao Reexame necessário interposto para declarar a nulidade do feito fiscal, por vício formal, exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária adotado pelo Representante da Douta Procuradoria Geral do Estado. Vencido o Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl que se manifestou pela parcial procedência, aplicando a base de cálculo no valor constante da Planilha de fl's 12 dos autos.



Sala das Sessões da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos
Tributários, na data de 16 de ABRIL de 2018.


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
Presidente


Ana Mônica Filgueiras Menescal
CONSELHEIRA

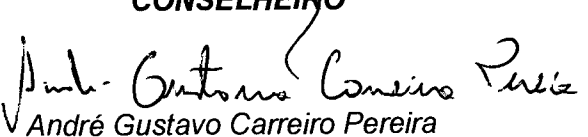

Ricardo Valente Filho
CONSELHEIRO RELATOR


Michel André Bezerra L. Gradvohl
CONSELHEIRO


Renan Cavalcante Araújo
CONSELHEIRO


Teresa Helena Carvalho R. Porto
CONSELHEIRA


Osvaldo Alves Dantas
CONSELHEIRO


André Gustavo Carreiro Pereira
Procurador do Estado
Em: 16/4/18